

AValiação DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO FÁBRICA-ESCOLA: BENEFICIANDO O PEDÚNCULO DE CAJU E FRUTAS TROPICAIS GERANDO EMPREGO, TRABALHO E RENDA NA REGIÃO OESTE DO RN

M. V. S. Medeiros¹ e A. S. Sousa²

E-mail: vinicius_medeiros.souza@outlook.com¹; andreza.sousa@ifrn.edu.br²

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar a implementação do Projeto Fábrica Escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda na região Oeste do Rio Grande do Norte. A metodologia adotada na pesquisa foi exploratória-descritiva e um estudo de caso, embasado por uma abordagem quali-quant, sendo definida como pesquisa avaliativa, além disso, foi realizada entrevista com perguntas semi estruturadas junto a coordenação do projeto dentro do campus Pau dos Ferros. As questões do instrumento de coleta estão fundamentadas no modelo teórico de Draibe (2001). Como resultado

obteve-se que a implementação do Projeto Fábrica Escola gerou inúmeras expectativas para a comunidade escolar que, busca auxiliar na formação técnica 500 famílias em situação de vulnerabilidade social, público-alvo, deste projeto. Conclui-se que o projeto ainda encontra-se na fase 01 e até o momento os resultados ainda são pequenos, tendo sido identificado a morosidade na liberação dos recursos para as etapas subseqüentes sejam concluídas, devido o não alinhamento quanto às práticas de execução financeira entre as instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Implementação, avaliação, projeto.

EVALUATION OF THE IMPLEMENTATION OF THE PROJECT FACTORY-SCHOOL: BENEFITING THE PEDUNCLE CASHEW AND TROPICAL FRUITS GENERATING EMPLOYMENT, LABOUR AND INCOME IN THE WESTERN REGION OF RN

ABSTRACT

This research aims to assess the implementation of the Project Factory School, benefiting the cashew apple and tropical fruits generating employment, jobs and income in the western region of Rio Grande do Norte. The methodology used in the research was exploratory and descriptive case study, based on an approach quali-quant, defined as evaluative study also was conducted semi-structured interview questions with project coordination within the campus of Pau dos Ferros. The questions of the instrument collection are based on the theoretical model of Draibe (2001). As a result it was

found that the implementation of the Project Factory School spawned countless expectations to the school community that seeks to assist in technical training 500 families in a situation of social vulnerability, target audience of this project. We conclude that the project is still at the stage 01 and so far the results are still small, having been identified delays in the release of funds for the subsequent steps are completed, due to the non-alignment as enforcement practices among financial institutions.

KEY-WORDS: Implementation, evaluation, project.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos observamos em vários países, a conjunta é de uma mobilização social em torno da implementação de programas e projetos sociais com o foco na criação de postos de trabalho e geração de renda, dentre as várias oportunidades de combater o desemprego.

Não diferente, O IFRN Campus Pau dos Ferros na busca de contribuir para o crescimento e desenvolvimento da região do Alto Oeste a qual possui poucos registros de políticas públicas, de geração de trabalho e renda, em funcionamento. Logo, elaborou e submeteu ao Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania o Projeto Fábrica Escola: beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda para região Oeste do RN, o qual foi aprovado, sendo, portanto, nosso objeto de estudo.

O projeto especificamente tem o objetivo de construir alternativas sustentáveis de valoração integral do caju e de frutas tropicais, de forma apresentar produtos, tais como bebida, sucos, conservas entre outros a partir do pseudofruto (pedúnculo), bem como a utilização das fibras oriundas do processamento para ser adicionada a ração animal. Desse modo o projeto articula-se principalmente, com as iniciativas dos governos federais, estaduais de impulsionar o desenvolvimento das potencialidades desta região, no que se refere a proposta de geração de trabalho renda e que auxiliam na promoção do desenvolvimento.

Por resultados esperados tem-se a expectativa de descrever como foi implementado o Projeto Fábrica Escola: beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego trabalho e renda para a região Oeste do RN, cuja finalidade consiste na compreensão dos fatores de sucesso e/ou não da implantação e ainda compreender quais as formais melhorias que o gestor do programa adotou durante a execução desta etapa, ao mesmo tempo em que espaços foram ofertados pela gestão para e estimular outras pesquisas sobre a temática.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Avaliação de Política Pública

Conforme Thoenig (2000) a avaliação é definida como um meio de aperfeiçoar a capacidade de aprender como conduzir mudanças bem-sucedidas e definir resultados alcançáveis nos campos da eficiência de pesquisa e eficácia públicas. Segundo Stephanou (2005) a utilização de metodologias adequadas à avaliação de políticas públicas é uma preocupação constante de órgãos públicos, e também das agências de financiamento, pois muitos projetos apresentados não asseguram sequer a sustentação dos objetivos propostos na sua implementação. Para Cotta (1998) o conhecimento da metodologia de avaliação pode não substituir o conhecimento sobre as especificidades do programa, e que não existe uma única metodologia aplicável a todos os casos.

A partir dessa ótica se torna necessário desenvolver um modelo para o presente estudo, visto que existe uma escassez de referenciais teóricos e de experiências de avaliação das políticas públicas, mas com a disponibilidade de diferentes modelos, busca-se elaborar um modelo que

possa avaliar a implementação do projeto e direcionar os novos caminhos auxiliando na busca da produção de novos conhecimentos, tendo em vista que:

“A avaliação, de um modo geral, tem sido como instrumento imprescindível para o conhecimento da viabilidade de programas e projetos, para o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou mesmo para reformulação de suas propostas e atividades.” (CAVALCANTI, p.2)

Dessa forma pode-se entender que a avaliação é um meio para conhecer o andamento de programas e projetos, entender suas propostas e atividades e se preciso reformula-las, nesse sentido, de acordo com a necessidade de quem a encomenda e dependendo do momento em que é realizada, a avaliação se mostra capaz, por exemplo, de determinar até que ponto os objetivos previamente estabelecidos foram alcançados, orientar ajustes no ciclo dos programas ou projetos, apontar razões para seu sucesso ou insucesso e investigar os efeitos inesperados sejam positivos ou negativos da intervenção.

Em Cavalcanti (p.2) “a avaliação de políticas públicas não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou de direcionamento dos programas empreendidos pelo governo mas, e especialmente uma ferramenta capaz de prestar contas á sociedade das ações governamentais”. Marjukka e Helgason (2000) reforçam que “a avaliação de programas pode ser definida como uma análise sistemática de aspectos e importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis, portanto, não visa conhecimento como um fim em si mesmo, mas como um meio para a ação”.

Tendo apresentado os conceitos de avaliação, observa-se a necessidade de expor os tipos de avaliação que foram mencionadas em alguns destes. Como foi visto as avaliações podem ser classificadas mediante os vários critérios. Considerando o agente que as realiza, estas podem ser classificadas como:

Quadro 01- Tipos de Avaliação de acordo com os agentes que as realizam.

Tipo	Quem realiza?	Vantagens	Desvantagens
Avaliação externa	Pessoas que não integram o quadro da instituição responsável pelo programa, em geral com experiência neste tipo de atividade.	A isenção e objetividade dos avaliadores externos; A possibilidade de comparação dos resultados obtidos com os outros programas similares já analisados	O acesso aos dados necessários torna-se mais difícil O fornecimento de informações parciais que minimizam o efeito de melhorias dos programas.
Avaliação interna	Realizada dentro da instituição responsável, com maior colaboração das pessoas que participam do programa.	A eliminação da resistência natural a um avaliador externo; A possibilidade de reflexão; A aprendizagem e compreensão sobre a atividade realizada dentro da instituição.	Menor objetividade; Ao tentar reduzir a subjetividade, a situação torna-se análoga à do avaliador externo.
Avaliação mista	Combina as avaliações anteriores, fazendo	Tenta manter as vantagens anteriores.	Busca-se separar as vantagens anteriores.

	com que os avaliadores externos tenham contato estreito com os participantes do programa a ser avaliado.		
Avaliação participativa	Usada principalmente para pequenos projetos.	Prevê a participação dos beneficiários das ações no planejamento, na programação, execução e avaliação dos mesmos.	Não citado.

Fonte: Cohen e Franco (2004) e Cotta (1998)

Como mostra o quadro 01, evidenciam-se quatro tipos de avaliação, de acordo com os agentes que as realizam. A partir do quadro 01, foi possível observar que um fator diferenciador entre, uma avaliação interna ou externa, pode ser a participação ou não do avaliador junto á equipe executora do projeto/programa. É visível que avaliações mistas englobam características de ambas enquanto que as avaliações participativas incluem os beneficiários, nestas é necessária à criação de mecanismos eficientes que atinjam o maior número de beneficiários para garantir a qualidade e eficácia da avaliação.

Os tipos de avaliação também podem ser definidos por sua fase de realização, as avaliações dessa natureza são conhecidas como formativas e somativas. Algumas características de cada uma sobre a realização e objetivo estão expostas no quadro 02 a seguir:

Quadro 02- Classificação de avaliações conforme a sua natureza.

Avaliações	Realização	Objetivo
Formativas	Durante a implementação, são voltadas para a análise e produção de informação sobre as etapas de implementação.	Gerar informações para os que estão diretamente envolvidos com o programa, com o objetivo de fornecer elementos para a realização de correções de procedimentos para melhorar o programa.
Somativas	Quando já implementado há algum tempo ou após a sua implementação, para verificar a sua efetividade e fazer o julgamento do seu valor geral.	Verificar sua efetividade e fazer o julgamento do seu valor geral.

Fonte: Cohen e Franco (2004) e Cotta (1998)

Por serem os momentos de realização e objetivos distintos é necessário identificar em que momento, o projeto/programa governamental, terá a necessidade de ser avaliado, pois as são avaliações *ex ante* que “refere-se á avaliação que é realizada antes do inicio do projeto, ou seja, trata-se de uma avaliação que procura medir a viabilidade do programa a ser implementado no que diz respeito a sua relação “custo benefício” (Cavalcanti, p.6), e são *ex post* que busca opinar se o projeto/programa público que está em execução, deve ou não continuar.

Quando se trata dos problemas ou perguntas, têm-se as avaliações de processo. “Essa modalidade de avaliação investiga de forma sistemática o desenvolvimento de programas sociais

com o propósito de: medir a cobertura do programa social; estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária; e, principalmente, acompanhar seus processos internos.” (Costa e Castanhar, 2003, p.980)

Portanto, identificar o melhor tipo de avaliação “... depende eminentemente do escopo da análise: se o objetivo é inquirir sobre os efeitos de uma intervenção sobre a clientela atendida, então, trata-se de uma avaliação de resultados; se a intenção é captar os reflexos desta mesma intervenção em contexto mais amplo, então, trata-se de uma avaliação de impacto.” (COTTA, 1998, p. 113).

2.2 Implementação de Políticas Públicas

“Políticas Públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. (Texeira, 2002).

Para Draibe (2001), a implementação de uma política inclui tanto as atividades-meio que viabilizam o desenvolvimento do programa, quanto a atividade-fim, ou a execução propriamente dita, antes que se torne rotineiro. E sua avaliação busca captar os fatores facilitadores e limitadores que circundam a implementação condicionando-a positiva ou negativamente no alcance de suas metas e objetivos.

[...] de forma mais sintética, Draibe (2001) aponta que o tipo ou a natureza de um avaliação é determinada por distintas é determinada por distintas dimensões momentos e etapas. Para a autora, o momento da avaliação também é denominado de ex-ante e ex-post; quanto ao primeiro, que pode ser identificado como uma avaliação-diagnóstico, ele serve para apoiar decisões finais da formulação e, em relação ao segundo, sua função é verificar o grau de eficiência, eficácia e efetividade da política/programa/projeto durante ou depois de sua implementação (CASTRO, 2009, p. 26)

Conforme Cavalcanti (p.2) a avaliação se revela como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas. Segundo Silva e Melo (2000) a implementação corresponde à execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com vista à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas.

Em vista os mais diversos processo de implementação, Draibe (2001) apresenta um modelo teórico que possibilita uma investigação direcionada aos elementos chave que envolve a implementação, conforme Quadro 03. Podem-se visualizar as dimensões propostas pela autora e as respectivas variáveis de análise:

Quadro 3

Dimensões de análise do processo da política pública	Variáveis de análise
Subsistema gerencial e decisório	Competências dos gerentes do programa, capacidade de desenhar e intervir através decisões, graus de centralização ou descentralização da gestão.
Processo de divulgação e informação	Qualidade dos canais de comunicação com os

(comunicação)	beneficiários do programa, qualidade das mensagens, percentual do público atingindo.
Processo de seleção	Qualidade da sistemática de aferição do mérito, adequação do grupo de beneficiários selecionados aos objetivos do programa.
Processo de capacitação	Competência dos técnicos na execução, duração e qualidade da operacionalização do programa avaliação dos técnicos do governo pelos agentes beneficiados.
Subsistema logístico e operacional	Financiamento e gastos, provisão de recursos matérias, suficiência dos recursos qualidade da infraestrutura e material de apoio (prospecção e atendimento e evolução do beneficiário).
Processo de monitoramento	Regularidade da ação governamental, abrangência, agilidade na identificação dos desvios e incorreções, capacidade/agilidade em recomendar retificações nos processos quando necessário.
Avaliação interna	Regularidade, abrangência, graus de participação e comprometimento dos atores (beneficiários e parceiros), propor e recomendar aperfeiçoamentos, promover aprendizagem institucional coletiva.

Fonte: Construído a partir de Draibe (2001)

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa consiste em estudo descritivo e exploratório. Para Gil (2010, p.28) as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. [...] são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois tem como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas. No que diz respeito às pesquisas exploratórias, para Gil (2009. p. 27) elas têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

O trabalho ainda se classifica como um estudo de caso, pois buscar enfocar um caso: a Fábrica Escola, em que através da pesquisa de avaliação da implementação do projeto fábrica-escola: beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda na região oeste do RN, procede-se um estudo profundo e exaustivo de um a um poucos objetos, de maneira seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2010).

O desenvolvimento do presente estudo ocorreu da seguinte forma: revisão da literatura com pesquisas bibliográfica referente aos conceitos de implementação de políticas/programas/projetos, avaliação de políticas públicas para compreensão dos conteúdos do referido tema. Para isso procedeu-se uma análise com base em livros, artigos científicos nacionais e internacionais.

Para a coleta dos dados foram construídos dois instrumentos de coleta, o primeiro foi um roteiro de entrevista semiestruturado contendo 25 questões, baseadas no modelo teórico de Draibe (2001), cujas dimensões consideradas foram: Subsistema gerencial e decisório, processo de

divulgação e informação (comunicação), processo de seleção, processo de capacitação, subsistema logístico e operacional, processo de monitoramento e avaliação interna. A entrevista foi realizada junto ao Coordenador do Projeto fábrica-escola: beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda na região oeste do RN.

Não diferente do primeiro instrumento, o segundo, suportado ainda pelo modelo de Draibe (2001) foi um questionário, composto de 30 assertivas em que o sujeito se posicionava de acordo com o grau de concordância, baseado na escala *likert* de 05 pontos, onde 01 correspondia ao grau discordo totalmente e 05 ao grau concordo totalmente.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

4.1 Entendendo o Projeto fábrica escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda para a região oeste do RN

O projeto Fábrica escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda para a região oeste do RN foi elaborado e submetido ao Programa Petrobrás Desenvolvimento e cidadania em 2009, sendo aprovado no mesmo ano. A organização proponente é o IFRN Campus Pau dos Ferros e Campus Apodi. O projeto tem por objetivo construir alternativas sustentáveis de valorização integral do caju e frutas tropicais de forma a apresentar produtos, tais como bebidas, sucos, conservas, entre outros, a partir do pseudofruto (pedúnculo), bem como a utilização de fibras oriundas do processamento para ser adicionada a ração animal (Fábrica Escola, 2012).

O projeto está voltado para capacitar famílias em condições menos favorecidas, famílias já participantes de cooperativas e também contribuir para a criação de cooperativas gerando mais emprego e renda para os mais humildes.

Os participantes diretos do Fábrica Escola são os alunos do curso Técnico em Alimentos e do curso Técnico em Zootecnia do IFRN, juntamente com os professores das áreas, pelo qual atuarão dentro do Centro Vocacional de tecnologia, capacitando-os adequadamente para que disseminem informações técnicas adquiridas em sala de aula aos pequenos produtores da região quanto à utilização dos subprodutos do caju na alimentação de pequenos ruminantes, como uma alternativa alimentar de excelente valor nutricional, proporcionando redução dos custos e buscando a eficiência do sistema produção animal (Fábrica Escola, 2012).

O projeto Fábrica Escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda para a região oeste do RN, têm sua sede funcionando em Pau dos Ferros no antigo prédio do CVT (Centro Vocacional de Tecnologia) que foi doado pelo Governo do Estado do RN ao IFRN.

O Fábrica Escola abrange os municípios circunvizinhos às cidades de Pau dos Ferros e Apodi. Atualmente, o projeto estabelece parcerias com a EMBRAPA, COOPAPI, EMATER e APRUP.

4.2 Avaliando a implementação do Fábrica Escola

A análise das discussões aqui apresentadas sobre avaliação da implementação de um projeto, estão configuradas a partir das dimensões propostas por Draibe (2001) e adaptadas á sistematização da apresentação das discussões, bem como em face de estas serem as questões maiores que nortearam a aplicação dos instrumentos junto aos atores pesquisados.

4.2.1 Dimensão: subsistema gerencial e decisório

Avaliando o subsistema gerencial e decisório do Projeto Fábrica Escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda na região Oeste do Rio Grande do Norte, operacionalizado pelo IFRN campus Pau dos Ferros e Apodi observam-se algumas características que emergiram a partir das entrevistas com o gestor responsável pela execução do projeto. Organizacionalmente existe uma coordenação que coordena todas as atividades do projeto. A equipe de execução do projeto é composta por 01(um) coordenador, 01(um) subcoordenador e 10 (dez) alunos do campus Pau dos Ferros (bolsistas). Apenas o coordenador foi alvo das entrevistas.

No tocante ás decisões na gestão do projeto, destaca-se que em sua maioria são tomadas pela própria coordenação no campus Pau dos Ferros, quando questionado acerca do grau de autonomia na gestão do projeto o coordenador-A esclareceu

“existe um hierarquia no campus, em que os coordenadores são subordinados a ela. O coordenador geral toma decisões se aprovado pelo gestor. Lembrando ainda que todas as decisões são tomadas a partir do cronograma de execução que já foi pré aprovado pela Petrobrás”(Informação Verbal).

4.2.2 Dimensão: processo de divulgação e informação (comunicação)

Nesta dimensão busca-se evidenciar o processo de comunicação com os beneficiários na perspectiva de atender aos objetivos institucionais do Fábrica Escola, bem como a diversificação dos canais de comunicação com os beneficiários do projeto.

Conforme informou o coordenador –A o projeto não participa das redes de relacionamentos e nenhum beneficiário do projeto possui meios de comunicação com a coordenação, evidenciando assim uma grande fragilidade do projeto Fábrica Escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda na região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte quando se trata da divulgação.

4.2.3 Dimensão: processo de seleção

Nesta dimensão ressalta-se a adequação do grupo de beneficiários (familias), selecionados aos objetivos do projeto avaliado e a aferição ao mérito desse acesso. Segundo o coordenador-A os beneficiários do projeto são selecionados mediante a critérios pré-estabelecidos e divulgados, ele explica que

“O processo seletivo que define os beneficiários do projeto é feito por meio de uma caracterização no sistema MAIS, disponibilizado pelo Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania. Os beneficiários são pessoas de baixa renda e que recebem o auxílio bolsa família” (Informação Verbal).

O coordenador-A discorda que foi escolhido através de um rigoroso processo seletivo através da gestão do projeto e concorda que a quantidade de pessoal no projeto atente a demanda programa Petrobrás desenvolvimento e Cidadania.

4.2.4 Dimensão: processo de capacitação

Nesta dimensão, a discussão é norteadada a partir das competências dos técnicos na execução; duração e qualidade da operacionalização do programa e avaliação dos técnicos do governo pelos agentes beneficiados. A capacitação dos técnicos deve ser feita pela EMBRAPA mas, segundo o coordenador-A ainda não houve nenhuma, o projeto é que promove encontros com os bolsistas para encaminhar para discutir e encaminhar as atividades de forma sistemática.

O coordenador-A também afirma que o projeto nunca realizou uma avaliação junto aos seus beneficiários “*pois não teve nenhuma atuação com o público alvo*”, o projeto estabelece parcerias com vários órgãos de fomento ao desenvolvimento do RN, entre eles a EMBRAPA, EMATER, COOPAPI e APRUP.

4.2.5 Dimensão: Subsistema logístico e operacional

Esta dimensão evidencia como são realizados os financiamentos e gastos no Projeto Fábrica Escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda na região Oeste do Rio Grande do Norte, como se dá a provisão materiais suficiência dos recursos e qualidade da infraestrutura, como material de apoio, para isto observa-se a prospecção; atendimento e evolução dos beneficiários (DRAIBE, 2001).

O projeto possui orçamento próprio, todo o recurso financeiro vem do Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania. A provisão de recursos materiais é feita de acordo com o cronograma de execução do projeto, através de empenho, depois que se executa a ação o recurso é liberado. Conforme o coordenador-A, o fato de o recurso ser depositado diretamente na conta única dos IF's torna complexa a prestação de conta.

Com isso, a demora na liberação dos recursos financeiros vem dificultando a execução do Projeto Fábrica Escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda na região Oeste do Rio Grande do Norte. O projeto foi aprovado desde 2010 quando o projeto foi submetido e aprovado, só houve a liberação de uma única parcela do recurso financeiro, o que vem gerando um grande atraso no cronograma de execução que já deveria estar em um estágio mais avançado de implantação.

Nos dias de hoje, o projeto disponibiliza de infraestrutura, um prédio, que ainda não teve sua reforma concluída, onde funcionava o antigo CVT (Centro vocacional de Tecnologia). Este foi doado pelo Governo do Estado, pois não vinha sendo usado e está sendo adequado as

necessidade do projeto. A prospecção de beneficiários não foi realizada, pois não compreende a fase de implementação do projeto.

4.2.6 Dimensão: processo de monitoramento

Esta dimensão propõe a ratificar a regularidade da ação governamental; abrangência; agilidade na identificação dos desvios e incorreções; capacidade/agilidade em recomendar ratificações nos processos, quando necessário.

A regularidade das ações do Projeto Fábrica Escola ocorre de forma periódica e através do sistema para prestação de contas que é disponibilizado pelo Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania. O Projeto Fábrica Escola- beneficiando o pedúnculo de caju e frutas tropicais gerando emprego, trabalho e renda na região Oeste do Rio Grande do Norte dispõe em sua execução da prática do monitoramento, em que o gestor no âmbito da Petrobrás acompanha toda prestação de conta que é feita pela coordenação do projeto pelo mecanismo de monitoramento conhecido como MAIS.

As reuniões realizadas para tomada decisão não acontecem com periodicidade, se identificado quaisquer erros/ e ou atrasos no curso do projeto, *“a subcoordenação no campus Apodi também participa, esta incluída”*(Coordenador-A).

4.2.7 Dimensão: avaliação interna

Nesta dimensão o foco é a regularidade; a abrangência; os graus de participação entre outros. Conforme o coordenador-A as avaliações internas da execução do projeto não acontecem com regularidade e não envolvem os beneficiários, pois estes ainda não existem dessa forma seus resultados não podem nortear tantas propostas e recomendações, essas avaliações não compreendem o grau de comprometimento dos beneficiários.

A abrangência do projeto visa alcançar as famílias em vulnerabilidade social ou beneficiárias de programas sociais já participantes de cooperativas. O projeto pretende atingir em torno de 2050 (dois mil e cinquenta) atendimentos diretos, dentre quais, os jovens entre 18 a 29 anos, representam cerca 1050 (um mil e cinquenta) desses atendimentos e os adultos 30 a 59 anos correspondem a 1000 (um mil) atendimentos. Quanto à abrangência territorial, o programa até os dias atuais limita-se aos municípios da região Oeste do Rio Grande do Norte, o IFRN campus Pau dos Ferros abrangerá os municípios de Água Nova; Alexandria; Cel. João Pessoa; Dr. Severiano; Encanto; Francisco Dantas; José da Penha; Luiz Gomes; Major Sales; Marcelino Vieira; Paraná; Portalegre; Rafael Fernandes; Pilões; Riacho da Cruz; Riacho de Santana; São Francisco do Oeste; São Miguel; Tenente Ananias; Venha Ver, entre outros; o campus de Apodi irá abrangi os municípios de Pau dos Ferros; Severiano Melo; Felipe Guerra; Itaú; Rodolfo Fernandes; Governador Dix-Sept Rosado; Caraúbas; Umarizal e o outros.

“O projeto que tem dois anos de duração e pode ainda se estender por mais dois” (coordenador-A), no entanto, o projeto não possui nenhum planejamento para expansão da abrangência de atendimentos e da área territorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto ainda encontra-se em fase de implantação e com isso podemos apenas tecer alguns comentários acerca do que foi observado até o presente. Conforme cronograma de execução, o mesmo se encontra na fase 01, que compreende reforma do prédio onde será instalada a unidade fábrica-escola e aquisição de equipamentos.

O projeto necessita desenvolver suas atividades de forma mais rápida, para que seja implementado dentro do tempo planejado, já foram realizadas alguns ajustes de metas e de atividades entre o órgão financiador e o executor.

Persiste a divergência entre o órgão de execução e o órgão financiador no que tange as práticas de prestação de contas, em que o órgão executor adotou a forma de notas explicativas, em seus relatórios, esclarecendo suas particularidades de execução financeira, assim, passa a atender as expectativas do órgão financiador e dar continuidade a execução das atividades.

O órgão financiador já promoveu dois encontros para tratar de pontos comuns a todos os projetos por ela financiados. Nos encontros são tratadas as particularidades, no entanto, ainda sem muitos avanços. O órgão executor aguarda a liberação da segunda parcela para que as atividades sejam reiniciadas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. Disponível em: <http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arf48975df171def.pdf>. Acessado em 30 de maio de 2012.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1993. _____ . Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. RAP, Rio de Janeiro, v. 5, n. 37, set./out. 2003.

COTTA, Tereza C. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultados e de impacto. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 49, n. 2, abr./jun., 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC; 2001.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2009.

MARJUKKA, Ala-Harja e HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. Brasília-DF: RSP, ano 51, número 4, out.-dez. 2000 60 p.

MEDINA, Ana M. V. Modelos e lentes: uma discussão sobre a análise da implementação de políticas públicas. Anal e Conj, Belo Horizonte, v. 2, n.1, p. 40-55, jan./abr. 1987.

PEDONE, Luiz. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNCEP, 1986.

SILVA, Pedro Luís Barros; MELO, Marcos André Barreto de. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: Características e determinantes da avaliação de programas e projetos. NEEP-UNICAMP. Caderno nº 48. 2000

STEPHANOU, Michelle C. Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. Civitas, Porto Alegre, v. 5, n.1, jan.-jun. 2005.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. AATR-BA, 2002.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. Revista do Serviço Público, ano 51, número 2. Abr-Jun 2000.